



GT 032. Espaços Fronteiriços numa Perspectiva Interdisciplinar: formações identitárias e o problema da cidadania.

Izabel Missaglia de Mattos (UFRRJ) - Coordenador/a, Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Coordenador/a, Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ) - Debatedor/a

A proposta tem como objetivo reunir investiga?es com enfoques interdisciplinares sobre os processos hist?ricos de configura??o de zonas fronteiri?as nas Am?ricas, sem deixar de considerar as rela?es do continente com os fluxos econ?micos e pol?ticos globais. As zonas de fronteira podem se caracterizar como "vazios" de poder nas quais a viol?ncia contra o "outro" ? (re)produzida. Nesses contextos t?m sido recorrentes as guerras e a escravid?o, al?m de uma rela??o contradit?ria com o pr?prio Estado, ao questionar, inclusive, n?o apenas a cidadania mas a pr?pria humanidade do outro. Investiga?es inovadoras sobre o tema, tanto em termos te?ricos como metodol?gicos, t?m surgido a partir de perspectivas que relacionam diversos campos de conhecimento. Perspectivas da etnohist?ria, de g?nero, lingu?sticas, socioambientais, entre outras, vem criticando o pensamento colonialista ao apontar para o papel de centralidade das zonas fronteiri?as para a compreens?o das sociedades americanas. A proposta contempla investiga?es baseadas em fontes documentais ou etnogr?ficas que abordam o tema da fronteira como espa?o social e simb?lico, aportando discuss?es relativas ? reconstru??o da mem?ria hist?rica e aos interc?mbios comerciais e culturais, ao dinamismo identit?rio e constru??o de territ?rios, bem como as rela?es entre indiv?duos e ou grupos, como ind?genas, afrodescendentes, popula?es rurais e urbanas, em condi?es de vulnerabilidade social, econ?mica, cultural e jur?dica.

Rela?es entre work ind?gena e decretos e acordos locais, provinciais e internacionais na regi?o do Prata no in?cio do Oitocentos

Autoria: Karina Moreira Ribeiro da Silva

No in?cio do s?culo XIX, durante o processo inicial de forma?o dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio, as pr?ticas ind?genas foram pauta de negocia?es ou mote para conflitos entre a monarquia portuguesa, o governo do Rio Grande de S?o Pedro, l?deres orientais conservadores e rebeldes e demais Prov?ncias platinas. As atividades dos ind?genas nos arredores das guardas de fronteira entre o imp?rio portugu?s, a Banda Oriental e as Prov?ncias do Prata eram motivos de grandes preocupa?es para autoridades administrativas e militares. Em 1814, por um lado, algumas delas procuravam controlar as pr?ticas de arreio de gado vacum e cavalari?as e saques ?s est?ncias da fronteira; por outro lado, declaravam-se incapazes de conter os avan?os de ?salteadores? e ?charruas?. O transito de ind?genas pelos territ?rios onde habitavam era constante e as negocia?es estabelecidas com eles nem sempre atendiam aos interesses de estancieiros e autoridades militares, um dos motivos pelo quais tiveram sua condi?o de homens e mulheres livres cerceadas por arranjos, decretos e acordos locais e internacionais, como por exemplo, o tratado Herrera-Rademaker, firmado em maio de 1812, entre Juan Rademaker, coronel instruído por Dom Jo?o VI, e Nicolás Herrera, o secret?rio interino do primeiro Triunvirato das Prov?ncias platinas. Vari?veis burocr?ticas e brechas legislativas foram acionadas para tornar ind?genas escravos. Assim tamb?m, distintas estrat?gias foram postas em pr?tica por eles para driblarem, ? medida do poss?vel, a condi?o de escravizados.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

